

Resenha da obra:

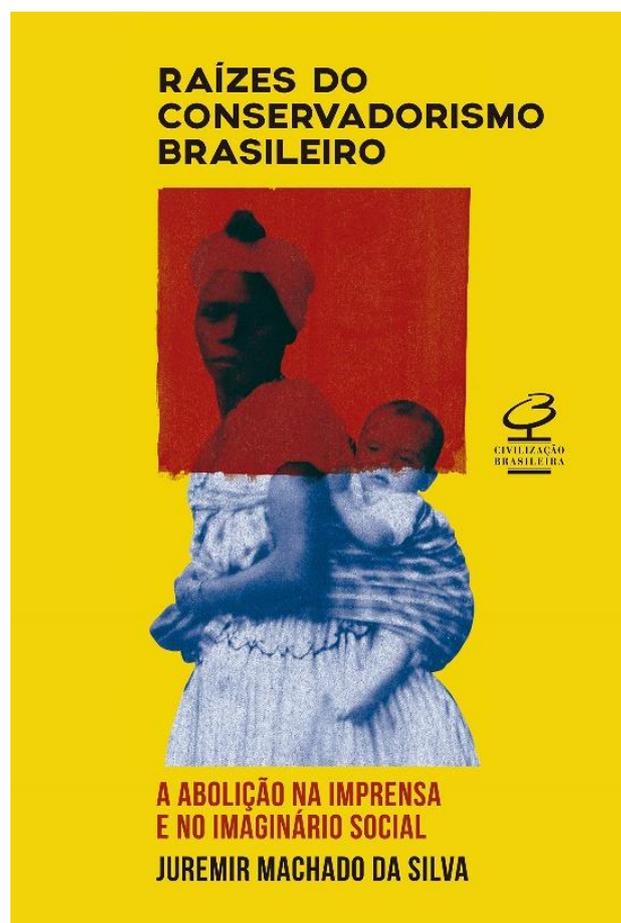
Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social

SILVA, Juremir Machado da. Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2 ed.; 2017.

Carlos Stavizki Junior

Universidade de Santa Cruz do Sul – Santa Cruz do Sul – Rio Grande do Sul – Brasil

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3358-3380>



O livro “Raízes do Conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social”, foi escrito por Juremir Machado da Silva e publicado, em 2017, pela Editora Civilização Brasileira. O autor é escritor, historiador, jornalista e professor riograndense, natural da cidade de Santana do Livramento-RS, tendo como formação acadêmica, os títulos de Bacharel em História e Jornalismo pela PUC-RS, Mestre em Antropologia pela UFRGS e Doutor em Sociologia pela Université Paris X – Sorbonne. Machado da Silva é autor de mais de 30 livros, e soma uma vasta carreira jornalística, tendo recebido prêmios na França e no Brasil. Atualmente é colunista diário do Jornal Correio do Povo de Porto Alegre e exerce funções acadêmicas na área de comunicação.

A obra se constitui de 38 capítulos, fundamentados em dezenas de matérias, resenhas, ensaios e reportagens da mídia brasileira, publicadas em 1888, interpretando o papel dos veículos de comunicação sobre o tema da abolição da escravidão no Brasil. A disposição dos capítulos remonta o processo político e seus principais personagens, trazendo para o leitor os acontecimentos diários, na época, que culminarão na aprovação da Lei Áurea (Lei Imperial nº 3.353), em 13 de maio de 1888.

A escolha dos títulos de cada capítulo, expressa o posicionamento crítico do autor sobre os acontecimentos narrados e seus principais interlocutores. Juremir Machado da Silva utiliza-se do escárnio e da ironia para evidenciar as contradições presentes em discursos e manchetes referente ao fim da escravidão.

Alguns dos referidos títulos são os seguintes: *Parasitas pedem medidas contra a “vagabundagem”* (p.21); *Lenta, gradual e infame (ou Contratos devem ser respeitados)* (p.141); *Matar um senhor de escravos é sempre legítima defesa* (p.345); *Escravizar como missão sagrada e alforria parra morrer pela pátria (escravidão mais dura do que nos Estados Unidos)* (p.385); *Commodities humanas e marfim (escravismo, o pecado original do capitalismo, negócios com elites africanas)* (p.393); *Holocausto negro: raízes do racismo e do conservadorismo brasileiros* (p.417); entre outros, com o mesmo grau de importância.

Em Raízes do Conservadorismo, Juremir aborda as feições mais violentas e inescrupulosas de políticos e jornalistas durante o processo de abolição da escravidão no Brasil. Relata, de forma emblemática, os discursos praticados para justificar a escravidão, ainda em 1888 e as manobras utilizadas para evitar a aprovação da Lei Aurea, em maio daquele ano. Traz para o leitor o nome e trajetória dos principais atores políticos desta época, dos dois lados do confronto.

Os principais escravistas, membros do Partido Conservador e com relações de interesse com a perpetuação da escravidão, são apresentados no capítulo 10 “Seis senadores votaram contra a abolição”. Deixando claro muitos outros políticos da época apoiavam a continuidade da escravidão, o autor destaca estes seis, devido aos seus papéis frente a economia, a sociedade e especialmente, frente a mídia conservadora da época.

Os mais notórios defensores da escravidão nas sessões de votação da Lei Aurea, são: Paulino José Soares, líder do partido conservador; O Barão de Cotegipe, presidente do conselho de ministros, membro da nobreza e homem de confiança da família real; Francisco Belisário Soares de Souza, primo de Paulino, jornalista, banqueiro e ex-diretor do Banco do Brasil; João Manuel Pereira da Silva, advogado, escritor e político de carreira, exercendo diversos cargos públicos, por mais de 40 anos; Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, político e fazendeiro, proprietário de uma das maiores fazendas de Minas Gerais (Fazenda Amarela) e amigo pessoal de Dom Pedro II; e o Visconde de Cavalcanti, advogado, político, jornalista e proprietário de terras.

Entre esses, o que recebe maior destaque, tanto por sua influência no Senado, quanto por seus discursos incisivos contra a abolição foi João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe. Os discursos transcritos do presidente do Conselho de Ministros, expressam a faceta mais preconceituosa de parte da elite brasileira. Seus discursos, marcados pelas justificativas agressivas, preconceituosas e de defesa da ideia de propriedade sobre os negros, desnudavam os interesses econômicos envolvidos na prática da escravidão. Em seu discurso na sessão de votação, apelou para o fantasma do comunismo (já em 1888), alegando que após a abolição, viria a divisão das terras e a expropriação sem indenização, por parte do Estado (p. 124). O autor, utiliza estas passagens para relacionar os discursos da época aos acontecimentos atuais da política brasileira.

Em todos os capítulos, a crítica ácida de Juremir Machado da Silva recai fortemente para os principais veículos de comunicação da época. Apresenta o papel da mídia paulistana durante todo o século XIX, em especial o Correio Paulistano (1845), que sempre manteve um posicionamento de defesa da monarquia e dos donos de escravos. Destaca-se que este e outros jornais da época, mantinham constantemente anúncios de venda de escravos e expunham uma ideologia conservadora. O Correio Paulistano tornou-se *A Província de São Paulo* em 1875 e em 1884, assume uma postura abolicionista, porém, sem deixar de publicar anúncios de venda de escravos. Este jornal deu origem ao atual *Estado de São Paulo*, publicamente, uma mídia conservadora e ligada aos interesses da elite brasileira.

As mídias, assim como os políticos da época, assumiram uma postura abolicionista, após perceberem que se tratava de um movimento inevitável. Mudanças abruptas nos editoriais e discursos, distorcem da história e esconde personagens que contribuíram e contribuem até hoje, para uma consciência racista, especialmente entre a elite do país. O próprio Barão de Cotegipe, principal articulador contra a abolição, ao perceber que o discurso pessimista não surtiria efeito, mudou para um discurso em “defesa dos escravos”, alegando que os “libertos” necessitavam de seus patrões para não morrer de fome ou violência.

O livro ainda reserva destaque para os principais articuladores, na Câmara e no Senado, para a abolição da escravidão e para leis anteriores, como a Lei do Ventre Livre, em 1871 e a Lei dos Sexagenários, em 1885. Destes, os que recebem maior destaque no livro, são: Joaquim Nabuco, deputado responsável pela comissão que emitiu o parecer favorável a Lei Aurea; O Senador Júlio Dantas, membro da comissão especial da Lei

Aurea; Luís Gama, uma das personalidades mais emblemáticas e importantes para a abolição da escravidão no país; André Rebouças, fundador da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e escritor de diversos artigos jornalísticos na época; e José do Patrocínio, um vanguardista na luta abolicionista e idealizador da Guarda Negra. Para esses últimos três personagens, Gama, Rebouças e Patrocínio, o livro dedica um capítulo intitulado “Heróis negros da abolição” (Cap. 25, p. 335).

Para além dos personagens históricos destacados no livro, a obra se dedica a analisar o papel da mídia, dos jornais e dos jornalistas frente a questão da abolição da escravidão. Em suma, as publicações jornalísticas da época serviam aos interesses escravistas e estavam ligadas diretamente aos grandes proprietários de terra e de escravos do país. Em suas críticas, ignoravam o processo histórico que envolvia a abolição da escravidão no mundo e justificavam a prática, utilizando-se de textos sensacionalistas e carregados de interesses e contradições.

Os principais jornais, ligados direta ou indiretamente a elite brasileira, publicavam diariamente, matérias de cunho pejorativo a aprovação da Lei Aurea. Criavam uma atmosfera hostil aos defensores da abolição e tratavam os escravistas seres injustiçados, devido a perda de sua “propriedade”. Neste cenário, dois jornais se destacam: “Revista Ilustrada” e “Jornal Novidades”. Estes meios de comunicação foram os principais críticos ao abolicionismo e dedicavam em suas páginas, agradecimentos excessivos aos notórios defensores da escravidão. Criticavam os abolicionistas, a igreja católica, o imperador, e tantos outros, de forma agressiva e pejorativa. Os jornais progressistas eram constantemente atacados, com agressões aos jornalistas e invasões as redações. Os jornais conservadores minavam a opinião pública com notícias sensacionalistas e com a ideia de que a abolição iria ser trágica para a economia do país. A pressão aos abolicionistas era constante. Os editores utilizavam os jornais para inflar o conflito político, questão na qual o autor enfatiza a semelhança com o cenário atual da mídia nacional.

Os jornais conservadores, baseavam suas matérias exclusivamente na opinião de seus editores e apoiadores, sem haver qualquer compromisso com a verdade ou contexto da época. Em suas analogias com o atual posicionamento conservador das mídias brasileiras, Juremir sintetiza as semelhanças destes dois períodos na seguinte passagem: “A opinião reina novamente, embora tenha que se alimentar de um pouco mais de informações. A crônica política tinha os mesmos reflexos de hoje: a obsessão pelos feitos do poder executivo e o foco nas quarelhas do legislativo. [...] Tudo era tese. Tudo era ponto de vista.” (p. 162).

Com uma escrita afiada e a escolha perspicaz das matérias jornalísticas, o livro evidencia as origens do pensamento conservador no cenário político brasileiro. Mais do que isso, evidencia o racismo estrutural presente na elite brasileira e de que forma esse mesmo racismo atravessa os séculos e volta para o cenário político atual.

A ironia utilizada pelo autor ameniza, de certa forma, a violência que marca a história abolicionista brasileira. Os negros, que antes eram retratados exclusivamente como propriedades dos grandes proprietários de terras, passam a serem retratados

como seres ingratos, por exigirem o mínimo de dignidade humana. A obra de Juremir Machado da Silva é enfática ao apresentar a dívida histórica do país com os descendentes de escravos. Enfatiza ainda a resistência de parte da elite brasileira em reconhecer esta dívida e suas incontáveis estratégias para esconder a verdadeira face do racismo brasileiro.

Raízes do Conservadorismo Brasileiro é um livro revelador, que desnuda o papel das oligarquias midiáticas do país. Traz a tona acontecimentos que explicam porque a sociedade brasileira é uma das mais desiguais do planeta e porque, até hoje, os negros sofrem com o racismo, a violência, o abuso, a exploração e a pobreza, de forma evidentemente desiguais aos brancos.

Este livro é imprescindível para aqueles que estudam a questão do racismo no Brasil. Para além de estudiosos, esta obra é de suma importância a todos que almejam conhecer a história da abolição da escravidão no país, e compreender a origem dos discursos conservadores, tão presentes no cotidiano brasileiro. Muito além de uma obra histórica, o livro traz uma consciência indispensável para se pensar uma sociedade mais justa, onde a escravidão seja compreendida criticamente, para que sua superação seja completa.

Sobre o autor:

Carlos Stavizki Junior, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado) - PPGDR/UNISC (2019 - atual); Especialista em Atenção de Urgência e Emergência - APESC/ Hospital Santa Cruz (2017- 2019); Bacharel em Serviço Social pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2017); Bacharel em Teologia pelo Centro de Ensino Superior de Maringá - CESUMAR (2013); Membro do Comitê Municipal de Prevenção ao Suicídio de Santa Cruz do Sul - CMPS (desde 2017); Bolsista CAPES Modalidade 1 - Mestrado. Email: carlos_stavizki@hotmail.com